

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

Atos Administrativos

Concorrência Pública nº 006/2011 2

Resolução de Afastamento nº 714/2011 2

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 095/2011 2

Projeto de Lei nº 096/2011 3

Projeto de Lei nº 097/2011 3

Projeto de Resolução nº 032/2011 3

Ata da 2082ª Sessão Ordinária 3

Ata da 2076ª Sessão Ordinária na Íntegra 4

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA
 Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS LEGISLATIVOS
DA PRESIDÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
 RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
 TÉCNICAS**
PROCESSO: 000013/2011

NATUREZA: Concorrência Pública nº 006/2011

OBJETO: Contratação de agência de publicidade e propaganda pelo período de 12(doze) meses para prestação de serviços de publicidade.

 A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima –ALE-RR, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das propostas técnicas (Envelope “A” e envelope “C”) cujas notas finais ficaram assim dispostas: **ASA COMUNICAÇÃO LTDA CNPJ nº17.157.272/0001-00 com nota total de 60,87, SAGA PUBLICIDADE CNPJ nº 04.239.158/0001-70 com nota total de 84,83, KINTAW DESIGN CNPJ nº 04.347.919/0001-07 com nota total de 79,97.** A empresa **ASA COMUNICAÇÃO LTDA** foi desclassificada por não atender a pontuação mínima exigida pelo Edital no item 11.12, alínea “b”.

 Desse modo, a classificação das propostas técnicas ficou assim disposta: **1º lugar SAGA PUBLICIDADE CNPJ nº 04.239.158/0001-70 com nota total de 84,83 e em 2º lugar KINTAW DESIGN CNPJ nº 04.347.919/0001-07 com nota total de 79,97.**

Vistas dos autos franqueada aos interessados conforme art. 109, §5º da Lei 8.666/93 e item 11.11, aliena “d” do Edital.

Outras informações estão à disposição dos interessados em horário normal de expediente na CPL-ALE-RR, sito à Rua Presidente Costa e Silva , nº 1659 , Bairro São Francisco – Prédio da ESCOLEGIS.

Boa Vista-RR, em 15 de dezembro de 2011.

Giselma Tonelli
 Coordenadora/ CPL

**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
 E SUPRIMENTOS DE FUNDOS**
R E S O L U Ç Ã O Nº 714/2011

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE
AUTORIZAR o deslocamento das servidoras **JULIANA ALMEIDA DA SILVA, Assistente Parl. IV e ELETÍCIA ROSA MAGALHÃES, Auxiliar Parl. V**, para a cidade de Recife-PE, no período de 22.12 a 31.12.2011, aonde as mesmas participarão do Curso a Secretária no papel de Assessora e a Qualidade do Desempenho na Administração Pública, com ônus para este Poder.

 Palácio Antônio Martins, 15 de dezembro de 2011
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente
Deputado JALSER RENIER PADILHA
1º Secretário
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário
ATOS LEGISLATIVOS
PROJETODE LEI
PROJETO DE LEI Nº 095/2011
**INSTITUI A POLÍTICA
 ESTADUAL DE SAÚDE VOCAL
 DO PROFESSOR.**
**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
 RORAIMA DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Política Estadual de Saúde Vocal do Professor, objetivando a prevenção de disfonias e problemas vocais em professores da rede estadual de ensino.

Art. 2º - A Política Estadual de Saúde Vocal do Professor compreenderá ações de caráter preventivo, assegurando-se a realização de, no mínimo, um curso teórico-prático anual, objetivando orientar os professores sobre o uso adequado da voz.

Art. 3º - Ao professor que for diagnosticado com disfunções vocais fica assegurado o direito a tratamento médico-fonoaudiológico.

Art. 4º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo para garantir a sua execução.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de Dezembro de 2011.

Deputado Rodrigo Jucá
JUSTIFICATIVA

A incidência de disfonias e outros problemas da voz é muito comum entre os professores, exigindo tratamento fonoaudiológico e médico.

Os cursos de formação de professores em geral não oferecem informações sobre o uso adequado da voz, apesar da mesma ser imprescindível para o bom desempenho profissional.

A ocorrência de disfonia acaba se refletindo no desempenho profissional, a ponto dos alunos adquirirem modelos lingüísticos e psicológicos inadequados. Além disso, problemas físicos como: rouquidão, dores de garganta, perda de voz e problemas emocionais como a ansiedade e a angústia pela dificuldade de falar, conduzem a um quadro de fadiga geral, comprometendo seriamente a atividade fundamental dos professores.

 Por outro lado, dificuldades do professor com a leitura e o ditado, pela falta de clareza na emissão **vocal**, poderão acarretar ao aluno deficiências de aprendizagem.

O absenteísmo no magistério tem, sem dúvida, nos problemas causados pelo mau uso da voz, uma de suas causas importantes.

 Dados da Sociedade Brasileira de Laringologia e Voz e da Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia revelam que 40% da população ativa brasileira utilizam a voz como instrumento de trabalho. Esses profissionais evidentemente necessitam de treinamento **vocal**, e exames de prevenção e diagnóstico para manter o aparelho fonador saudável.

 Assim, proponho a criação de uma Política Estadual de Saúde **Vocal** para os professores da rede estadual de ensino, como uma

ferramenta a ser posta ao dispor do Poder Executivo para cobrir essa lacuna no atendimento ao professor e contribuir para a almejada meta de qualidade de ensino no Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 07 de Dezembro de 2011.

Deputado Rodrigo Jucá

PROJETO DE LEI Nº 096/2011

**INSTITUI O PROGRAMA
ESTADUAL DE FORTALECIMENTO
DA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA DECRETA:

Artigo. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Estadual de Atenção Básica a Saúde, objetivando a valorização e a melhoria da cobertura e da qualidade da atenção básica de saúde ofertada pelas Secretarias Municipais de Saúde de Roraima.

Artigo. 2º - O Programa Estadual de Atenção Básica a Saúde compreenderá o repasse financeiro aos fundos municipais de saúde com o objetivo de propiciar uma gratificação aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Endemias.

Artigo. 3º - O valor da gratificação será de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cada Agente Municipal Comunitário de Endemias e de Saúde do Estado de Roraima.

Parágrafo único. A atualização anual do valor será feita por decreto governamental.

Artigo 4º - A concessão da gratificação estará vinculada ao adimplemento dos objetivos e regras da Portaria Ministerial N° 648/GM/MS, ou qualquer outro instrumento legal que por ventura venha a suprimir este.

Artigo. 5º - Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo para garantir a sua execução.

Artigo. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07/12/2011

Deputado Rodrigo Jucá

JUSTIFICATIVA

Tem o presente projeto o escopo de autorizar o repasse aos fundos municipais de saúde dos municípios do Estado de Roraima, o incentivo mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) a cada agente comunitário de saúde, e também aos agentes municipais de endemias.

O incentivo será pago na forma que venha a somar ao salário recebido, não podendo ser utilizado como forma de complementação ao salário mínimo vigente. Assim, este incentivo é uma forma de valorizar e propiciar melhores condições aos agentes municipais de saúde e de endemias.

É importante destacar que os princípios do SUS, da universalidade do acesso, da integralidade da atenção e da equidade, só tornam-se possível com o fortalecimento da atenção básica a saúde.

Desta forma estaremos gratificando o esforço dessa classe que sempre atua com zelo e esforço, e que tanto contribui para o bem estar de nossa população.

Portanto, encaminho o presente projeto para apreciação dos Nobres Pares, acreditando que a matéria ora em análise seja aprovada em prol da população de nosso Estado.

Sala das sessões, 07/12/2011

Deputado Rodrigo Jucá

PROJETO DE LEI Nº 097, DE 2011

Dispõe sobre a isenção do ICMS para a compra de material de construção para habitações populares.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA DECRETA:

Artigo 1º - O Estado de Roraima concederá isenção de ICMS, a qualquer título, sobre aquisições de materiais de construção, do tipo popular, efetuadas por beneficiários com cadastro válido e atualizado do Programa Crédito Social.

Parágrafo único. Considera-se material de construção popular aquele destinado à construção ou reforma de habitações populares, ou seja, menor faixa de preço na sua respectiva classe de produtos.

Artigo 2º - A isenção de que trata o artigo 1º será deferida aos destinatários da presente Lei quando da aquisição de materiais e insumos para a construção, reforma e ampliação de casas populares, devendo ser respeitados as quantidades e tipos de materiais inerentes a este tipo de edificação.

Parágrafo único. As casas construídas, reformadas ou ampliadas com o advento da isenção só poderão ser transferidas de

propriedade após 3 (três) anos da utilização do benefício, com exceção da desapropriação pelo poder público.

Artigo 3º - O cadastro e utilização do benefício serão regulamentados e executados pela Secretaria Estadual competente.

Artigo 4º - A Secretaria Estadual de Fazenda regulamentará a conversão do ICMS recolhido em créditos para a pessoa jurídica que efetuar a venda ao beneficiário.

Artigo 5º - O Poder Público regulamentará esta Lei no prazo de 30 dias.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das sessões, 07/12/2011

Deputado Rodrigo Jucá

JUSTIFICATIVA

Nas ultimas duas décadas nosso Estado presenciou uma maciça migração de outras unidades da federação, além de um êxodo rural interno, o que por sua vez provocou o aumento da população nas cidades. Desta forma desenvolveu-se um déficit habitacional nunca visto antes, onde famílias de baixa renda sacrificam grande parte de seus proventos no pagamento de aluguéis, gerando muitas vezes o fenômeno da multifamiliarização de habitações populares, onde vários núcleos familiares residem na mesma edícula de forma precária.

Um dos princípios da legislação brasileira é a garantia da dignidade da pessoa humana e não há como se falar em direitos humanos sem o acesso a uma moradia digna.

Assim, a isenção do ICMS sobre a aquisição deste tipo de material, facilitará o acesso destas famílias a uma moradia digna, pois com o custo mais baixo, maior será o acesso à moradia própria, gerando ainda um efeito colateral positivo já que este tipo de isenção aquece a economia, beneficiando as empresas do segmento, e não somente as famílias imediatamente assistidas.

Em Roraima o governo realizou um estudo sobre a condição sócio-econômica das pessoas para execução do Programa Crédito Social, por isso sugiro a utilização do cadastro já existente da população considerada de baixa renda.

Em virtude do exposto e tendo em vista que o presente projeto vai ao encontro das expectativas Constitucionais Federais e Estaduais, solicito avaliação e aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 07 de dezembro de 2011.

Rodrigo Jucá

Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO

GABINETE DA DEPUTADA ANGELA ÁGUIDA PORTELLA-PSC
PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 032/ 11

**“Dispõe sobre a criação do
Diploma “Amigo da Escolégis”**

Art. 1 – Fica criado o Diploma “Amigo da Escolégis”, que será entregue todo o mês de Dezembro.

Art.2- Receberão o Diploma, pessoas ou entidades, que realizaram parcerias com a Escolégis, durante o ano.

Art.3- Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011

Angela Águida Portella

Deputada Estadual-PSC

Justificativa

Esse Diploma visa reconhecer o trabalho de pessoas ou entidades, que participaram dos eventos seja através de Palestras, Seminários, Treinamentos, Ações Sociais e Culturais, e Cursos, promovido pela Escolégis.

Todo o ano será realizada a entrega do Diploma, como forma de agradecimento a todos que de qualquer forma puderam contribuir com as ações da Escolégis.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 2011

Angela Águida Portella

Deputada Estadual-PSC

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

**ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA
SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO
PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.**

Às nove horas do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, no

Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octogésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo segundo Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS**: Projeto de Resolução s/nº, da Deputada Angela Águida Portella, dispondo sobre a criação do Diploma “Amigo da Escolégis”; Proposta de Emenda Constitucional s/nº, do Deputado Coronel Chagas, acrescentando parágrafo único ao art. 29 da Constituição do Estado de Roraima. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO**: Mensagem Governamental nº 053, de 13/12/11, submetendo à apreciação Projeto de Lei Complementar que “Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 149, de 16/10/2009, que cria o Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural – RR Sustentável, disciplina as etapas do Processo de Licenciamento Ambiental de Imóveis Rurais, nos dispositivos que menciona, revoga a Lei Complementar nº 173, de 27/11/2010, e dá outras providências”. **EXTERNO**: Comunicados nºs AL160186/2011 a AL160188/2011, de 17/11/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de escolas estaduais e municipais. Comunicado nº CAL000035/2011, de 30/11/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o comunicado nº 137535. Ofício nº 054/11, de 12/12/11, do Corpo de Bombeiros Militar, solicitando agendamento de uma visita de 25 alunos da rede pública de ensino estadual, para que possam conhecer melhor as atividades desenvolvidas por esta Casa Legislativa. **GRANDE EXPEDIENTE**: Não houve orador. **ORDEM DO DIA**: O Senhor Presidente em exercício anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 055/11, que “Dispõe sobre a proibição do uso de capacete, dentro de estabelecimentos comerciais, no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; e de Requerimento, assinado por vários Deputados, requerendo, após ouvido o plenário, que solicite da Agência de Fomento do Estado de Roraima – AFERR, informações a respeito dos créditos existentes para o Estado de Roraima oriundos das dívidas do antigo Banco do Estado de Roraima – BANER, e quais procedimentos estão sendo tomados pela Agência no sentido da adimplência. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum para deliberar as matérias. Não havendo quorum para deliberação, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. O Senhor Presidente em exercício deu conhecimento de Carta encaminhada por produtores rurais de Campos Novos, solicitando agendamento com os demais Deputados para buscar auxílio com relação à execução do Programa Luz para Todos naquela localidade, uma vez que, até o momento, a região não foi atendida pelo referido Projeto. Em seguida, congratulou-se com os produtores da referida Região. O Senhor Deputado **Brito Bezerra**, inicialmente, saudou o Senhor Evaldo de Oliveira, da Comunidade de Campos Novos – Município de Iracema, presente nas galerias, destacando a necessidade de a referida localidade ser atendida pelo Programa Luz para Todos. Finalizando, comprometeu-se em ir à CER, que é o representante estadual do Ministério de Energia, para que a solicitação dos produtores seja atendida, o mais breve possível. O Senhor Presidente designou o Senhor Deputado **Brito Bezerra** para acompanhar a comitiva até a CER, para que sejam tomadas as medidas necessárias. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 15, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Famarion Portella, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral e Remídio Monai**. Aprovada em: 15/12/11

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2076ª SESSÃO, EM 29 DE NOVEMBRO.
 42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septuagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memo nº 282/11, de 24/11/11, do Deputado Jalser Renier, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 24/11/11;

Memo nº 029/11, de 24/11/11, da Deputada Ângela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 24/11/11.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 050, de 24/11/11, comunicando veto totalmente do Projeto de Lei nº 033/11, que “dispõe sobre a obrigatoriedade do oferecimento de informações em braille nos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis, farmácias e demais estabelecimentos comerciais afins”.

EXTERNO:

Ofício Circular nº 013/11 de 24/11/11, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, comunicando inabilitação de gestor público;

Ofício nº 216/11, de 25/11/11, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, informando que no dia 30/11/11, às 10:30h, será realizada Sessão Especial do Tribunal Pleno para apreciação e emissão de Parecer Prévio relativo ao processo nº 0290/2009 – Prestação de Contas do Governador do Estado; CT/Oi – 100-PNBL, de 01/11/11, da Operadora de Telefonia Oi, informando a disponibilização do serviço de internet banda larga Oi Velox no município de Rorainópolis;

Ofício Circular nº 003/11, de 21/11/11, do Núcleo de Estudos Comparados da Amazônia e do Caribe, encaminhando 03 exemplares do informativo intitulado NECAR Informa 4; Ofício nº 7155/11-SR/DPF/RR, de 21/11/11, da Superintendência Regional no Estado de Roraima, respondendo ao Ofício nº 00302 do Gabinete da Presidência da ALE referente à Operação Baixo Rio Branco;

Ofício nº 403/11-GABPGM, de 24/11/11, da Procuradoria Geral do Município, informando a nomeação e posse do Procurador Geral e Procurador Geral Adjunto do Município;

Ofício nº 1488/11, de 25/11/11, da Universidade Estadual de Roraima, encaminhando relação dos locais e o quantitativo de graduandos, para fins de agendamento de participação nas Cerimônias de Colações de Grau daquela Universidade;

Ofício nº 3.043/11, de 28/11/11, da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando que esta Casa reveja a Lei Estadual nº 516 de 10/01/2006, que tem a competência concorrente do Estado de Roraima para legislar à respeito da pesca.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados eu queria partilhar com os Pares algumas reflexões para tratar de um assunto que eu destaco como relevante para o Estado de Roraima. Nós sabemos que nos últimos dias houve o registro de 7 bilhões de habitantes no planeta; 7 bilhões de pessoas que têm que se alimentar todos os dias, e a projeção da ordem é que até 2050 haverá 9 bilhões de pessoas no planeta tenha. Isso significa que teremos 78 milhões de bocas a mais para comer todos os anos. Consequentemente, o Brasil tem um papel importante na produção de alimentos, haja vista que pode incorporar novas áreas, melhorar o manejo do solo e introdução da tecnologia. Há menos de 20 anos no Brasil, a família gastava 48% das suas receitas com alimento, hoje gasta de 15 a 17% da sua renda familiar com alimentos. Isso significa que a produção brasileira de grãos tem alimentado melhor as nossas famílias, também tem ajudado alimentar pessoas em outras

partes do planeta. Claro que associado a isso, a renda do brasileiro melhorou, o Brasil hoje vive no pleno emprego com uma taxa de 5.8% com pleno emprego. Apresento esse preâmbulo para destacar uma emenda aprovada na Comissão do Meio Ambiente, na semana passada no Senado Federal, de autoria da Senadora Ângela Portela. Essa emenda foi elaborada com o setor produtivo do Estado de Roraima. Há dois meses quando Ângela foi procurada, eu também fui contactado, e foi durante uma reunião que essa proposta nasceu, após levada a Brasília, houve reunião com Daniel Geanluppi, César Lopes, Branco, Paludo e a Senadora Ângela também a Ministra do Meio Ambiente, onde discutiram essa proposta. Inicialmente, causou grande impacto, depois houve uma autorização política do Palácio do Planalto e os técnicos do Meio Ambiente começaram a absolver essa proposta. Houve mais uma reunião com essa mesma equipe no gabinete da Senadora Ângela com o Senador Jorge Viana, Relator da matéria na Comissão de Meio Ambiente. Após discussões, Jorge Viana reconheceu a emenda como positiva, foi explícito na reunião, afirmando que só colocaria a emenda no seu relatório se houvesse o aval do Governo brasileiro, do Palácio do Planalto. Esse aval foi concedido, então o Senador Jorge Viana a colocou no seu relatório, dando destaque à iniciativa da Senadora Ângela Portela para atender o sistema produtivo do Estado de Roraima. Em que consiste essa emenda? Nós sabemos que a reserva legal na região norte é de 80%. A construção da emenda tem a seguinte finalidade: as unidades Federadas da região norte. A região norte só tem duas unidades que se enquadram nesse percentual: o Estado do Amapá e o Estado de Roraima. Os Estados que têm 65% do seu território ocupado com áreas indígenas ou área de preservação poderá sair dessa faixa de 80% e ir para a faixa de 50%. Isso é muito bom para Roraima, para o Amapá e, se amanhã tiver outra unidade da federação aqui no norte que também poderá se enquadrar, será bom. A proposta nasceu do sistema de produção do estado de Roraima, a Ângela foi o instrumento, o canal, o caminho para levar esse debate para o seio do Ministério do Meio Ambiente, cujo relator foi o senador Jorge Viana, e o Presidente é o Rollemberg. Quero manifestar a grande alegria pela aprovação dessa emenda, com certeza, consensuada para ser aprovada no Senado Federal.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim **Ruiz** – Realmente, foi um mérito da classe produtora do Estado, tendo como instrumento a nossa Senadora na Comissão do Meio Ambiente. De acordo com a entrevista do Senador Jorge Viana, que eu assisti, há uma outra coisa que Vossa Excelência ainda não colocou em seu pronunciamento. Então, quero colaborar. Trata-se da indicação que nós conseguimos em relação a campos naturais. Finalmente, se muda o foco relacionado para a Amazônia, mostrando que somos diferentes, sabiamente foi colocado agora no problema de usar as áreas de campos naturais, podendo ser 35% a menos no mesmo nível das áreas degradáveis. Gostaria de parabenizar a Senadora, pois é complicado mexer na área de meio ambiente, mas ela encontrou uma forma e conseguiu convencer o Senador Jorge Viana para colocar o que interessa especificamente a Roraima, também a uma parte do Amazonas que é o Umatá, e convenceu, ainda, que os produtores fossem escutados, visando transformar em realidade o anseio da nossa classe produtora. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Parabenizo a Senadora por mais essa conquista que, se Deus quiser, vai contribuir para mudar a realidade da população rural do Estado. Eu acredito que isso é um dever da União, o Senhor lembra que na década de 70, 80, o próprio Governo Federal estimulava as pessoas a desmatarem, ele financiava motosserra, derrubada, a queimada. E, hoje, vêm os órgãos ambientais que são mais de 9 no país. Deve ter técnicos nesses órgãos ambientais qualificados, preparados para lerem e escutar o passado do país, a Amazônia era intocável naquele tempo, o Governo Federal mandou que o povo viesse para a Amazônia para desbravar a Amazônia e hoje o próprio Governo quer multar. Eu quero parabenizar a Senadora, pela atitude tomada em relação ao Estado da Amazônia Brasileira. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Eu também me associo às palavras dos meus Pares. Considero essa proposição da Senadora Ângela uma das coisas mais importantes que aconteceu para o nosso Estado nos últimos tempos. Em primeiro lugar, isso vem destravar a questão do desenvolvimento, o Estado está praticamente engessado hoje, mesmo com a transferência das terras, de que adianta transferir as terras e depois não poderem ser exploradas de forma racional devido à política de preservação ambiental. Hoje se nós nos submetêssemos aos 80% de APP como é nos outros Estados, este Estado que tem 65% das suas áreas comprometidas, além do mais,

os 35% restantes, Deputado **Flamarion**, apenas em torno de 20% são aproveitáveis, dos 35% restantes tem áreas alagadas, áreas que não podem ser de maneira nenhuma aproveitadas pela produção. Só nos restou da nossa área territorial 20%. Com esses 20% se você tiver que manter preservados 80% disso, praticamente o Estado estará inviabilizado. Foi uma lucidez muito grande da Senadora, eu sei que foi construído um consenso com o Governo Federal, porque não é fácil você sensibilizar o Governo já que o mundo hoje é todo voltado para a preservação. Acredito que, além disso, com os 65% das áreas que temos preservadas o produtor com os 20% que restou, preserva mais 50%, nós continuaremos sendo um Estado que preserva mais que encontrou o caminho da produção. A Senadora e o setor produtivo local que esteve em Brasília estão de parabéns, considero isso como um ganho fantástico para o nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Eu quero manifestar a Vossa Excelência e ao povo de Roraima a minha satisfação pelo trabalho realizado pela Senadora Ângela Portela. Eu sou testemunha porque há pouco tempo, eu estive no senado da República numa reunião representando o Parlamento Amazônico, convocada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, onde discutimos justamente o Código Florestal, e vi como nasceu a emenda da senadora que melhora a vida de todos que produzem em favor do crescimento do nosso Estado e da Amazônia. A emenda da Senadora veio em boa hora, traz paz fundiária, no campo e ajuda muito no crescimento da Amazônia e do nosso Estado. Na semana passada, em Manaus, no encontro do Parlamento Amazônico, presentes Deputados de todos os Estados da Amazônia, quando a Senadora ligou para o Deputado **Ionilson Sampaio** comunicando sobre sua emenda, fizemos questão de citar publicamente no plenário da Assembleia Legislativa do Amazonas onde são transmitidas ao vivo as Sessões para todo o Amazonas, às quais no mínimo, 30 mil pessoas assistem. Quero me juntar a Vossa Excelência, parabenizando a Senadora. Sabemos que é uma obrigação dela, como Senadora, mas ela trabalha por amor à nossa terra, ela compra essas brigas. E é bom que se diga logo antes que apareça alguém assumindo a paternidade de um filho que não é seu.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Obrigado, Senhor Deputados. Realmente, é obrigação. É obrigação da Senadora, dos demais Parlamentares. E, reforçando o que frequentemente digo aqui na Assembleia: os Parlamentares, quer sejam do município, da esfera estadual ou federal, devem procurar sempre ouvir os segmentos da sociedade. E insisto em dizer sobre a situação recíproca: o que incomoda a sociedade deve incomodar os parlamentares, aquilo que preocupa o nosso povo também deve preocupar os Parlamentares. Esta questão, realmente, vem preocupando o nosso segmento produtivo, espera-se, com isso, destravar a atual realidade, que o Governo local faça sua parte no que concerne a titularidade das terras, nós não temos boas informações sobre as titularidades das terras, muito pelo contrário, escutamos coisas absurdas sobre a questão. Eu diria que isso está carecendo, da parte do Governo, cuidado especial. Porque não dar para vivenciar clima de ansiedade e incerteza como se escuta de alguns produtores sobre o que está acontecendo no ITERAIMA. Agradeço o aparte de todos e transmito-lhes que a Senadora Ângela está muito feliz, pelo êxito de sua Emenda. Lembro-me que outra vez ela citou a frase de Paludo, “vale a pena sonhar”, mas devemos continuar sonhando com a melhor forma para encaminhar nossas questões problemas para ter dias melhores.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa e demais que nos honram com suas presenças. Como habitualmente faço, até cito um adágio popular, “antes tarde do que nunca”, vou relatar alguns aspectos relacionados às tarefas de parlamentares, consideradas missões cumpridas junto à diretoria da UNALE. No último dia 21, houve mais uma reunião ordinária da diretoria executiva da UNALE, da qual fazemos parte, juntamente, com o Deputado Ionilson e Deputado Chagas, discutimos assuntos, entendo, relevantes para os membros desta Casa. Primeiro assunto da pauta tratou do planejamento estratégico e a criação de um Conselho Gestor cujo trabalho já se encontra em fase de relatório conclusivo, no qual consta a criação de uma auditoria. Os senhores Deputados poderão participar da diretoria da UNALE, sem os inconvenientes de todos os períodos eleitorais, onde toda a diretoria deve ser licenciada ou exonerada por fazer parte da diretoria. Outro assunto também bastante discutido dentro do Pacto Federativo, onde o Professor Sílvio Teitelbaum da URGs e da Universidade Federal Getúlio Vargas nos brindou com a palestra de grande conteúdo, a ser em breve proferida também nesta Assembleia

Legislativa, de acordo com a direção da UNALE que está programando uma passada em todas as Assembleias Legislativa, juntamente com alguns palestrantes, visando debater com os Deputados de cada Casa Legislativa aqueles assuntos mais pertinentes, mais urgentes dentro do Pacto Federativo. Destes, consta, por exemplo, o trabalho da Deputada Conceição e o Deputado Barros Munhoz, no qual propuseram priorizar a dívida dos Estados para com a União. Quanto à saúde, se deu ênfase à tabela do SUS e o Saneamento Básico. E quanto a educação, especialmente no que diz respeito ao Piso Salarial, este, nem em todos os Estados os professores recebem o mesmo valor. De modo, senhores, que foi uma reunião muito proveitosa, outros assuntos foram debatidos, como, por exemplo, a proposta do Deputado Alencarzinho, de acordo com a qual cada Assembleia Legislativa, que tenha problema de dívida para com a União, crie uma Comissão Especial da Dívida, até como forma de chamar a atenção para a situação do Estado em relação a estas pendências com a União. Deu um exemplo muito significativo que, acredito, até com a guisa de informar a opinião pública, deve ser repetido aqui. Minas Gerais, há muitos anos, quando adquiriu essa dívida, firmou um pacto com o Governo Federal, na época, em plena inflação, os juros eram de 9%, Minas devia R\$ 16 bilhões à União Federal, na pactuação continuou pagando religiosamente R\$ 3 bilhões a cada ano. Transcorrido um período menor que 20 anos, ainda, continua devendo, não mais os R\$ 16 bilhões, mas, R\$ 56 bilhões de reais. É a situação de um Estado. O nosso é um Estado novo, mas se tem algum efeito residual dessa dívida, é importante que nos preocupemos, pois poderemos adentrar neste mesmo caminho, ou seja, uma dívida impagável. Deve merecido destaque a palestra, proferida por um grupo empresarial italiano chamado TECNODELTA, propondo serviços importantes na área de energia como a busca de excelência e inovação voltada para três princípios básicos: Luz, Design e Tecnologia. A palestra teve, como foco, a ideia de desenvolvimento sustentável, centrado na tecnologia LED (Ilumino Técnica), onde o sistema X-ligth propõe um conceito versátil, eficiente e econômico de iluminação urbana. Para os Senhores terem uma ideia, as pequenas cidades italianas, que viveram essa experiência, tiveram o custo de energia pública reduzido à metade com essa tecnologia LED. Esse exemplo despertaria interesse para o nosso País, quem sabe para o nosso Estado que ainda apresenta verdadeiros gargalos na área energética. O Último tema sobre Previdência Complementar. Na vinda dos membros da diretoria da UNALE, que ocorrerá em breve, acompanhados de técnicos, a ideia é debater esses assuntos aqui, in loco, com os senhores Deputados, também nas demais Assembleias, como forma de se acelerar a solução para o problema para a qual hoje já se vislumbram alternativas. Meus caros colegas Deputados, sobre a recente votação favorável na Comissão de Meio Ambiente do Senado, onde emendas importantes foram aprovadas, corroborando aquilo que já havíamos dito aqui. E sobre a audiência pública que participamos no Senado a respeito do assunto envolvendo, além da Comissão do Meio Ambiente, outras duas Comissões, podemos dizer, em resumo, é que o avanço, com a aprovação da emenda, envolveu, na verdade, além da participação expressiva de Senadores Roraimenses, como a Senadora Ângela Portella e o Senador Romero e o Relator Tião Viana do Meio Ambiente, Luis Henrique pela outra Comissão num trabalho a várias mãos para que o Senado produzisse um texto que, se não é o melhor, traz um grande avanço e, oxalá, a Câmara dos Deputados vote sem novas alterações no que foi aprovado nessas emendas. É algo que certamente concorrerá para viabilizar de uma vez por todas a aceleração do desenvolvimento de Roraima permitindo que a área que até então só se podia desmatar 20%, volte a ser 50% dentro do enfoque de que aqueles municípios que já tiveram aproximadamente 65% de suas áreas esterilizadas como reservas sejam indígenas, sejam ecológicas, sejam de que forma for, possam explorar 50% de suas áreas. Então, é um trabalho que devemos torcer, para que o mesmo espírito que predominou no Senado seja repetido na Câmara dos Deputados, e assim termos um novo código florestal que corresponda aos anseios dos brasileiros e especialmente aos dos roraimenses. Manifesto minha satisfação, como parlamentar, de ver que, pelo menos, um assunto dessa relevância ser tratado pelos nossos representantes federais com toda a dedicação, todo empenho e criatividade. É, o que nós esperamos dos nossos parlamentares que nos representam na Câmara Federal e no Senado da República. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Senhor Presidente, colegas da Mesa, Senhoras e Senhores Deputados, amigas e amigos aqui presentes. Mais uma vez ocupo a Tribuna desta Casa com o coração entristecido para falar sobre o que eu não gostaria. E a Tribuna

da Assembleia não é apropriada para isso, e sim discutir ideias, ações, projetos. Infelizmente precisamos fazer também a nossa defesa, mostrar as nossas ações e informar à sociedade as que consideramos importantes. Lembro-me, Senhor Presidente, que no dia 30 de setembro de 2010, comuniquei a Vossa Excelência e a vários Deputados desta Casa que estava recebendo telefonemas anônimos, registrei o número dos telefones, orelhões, comuniquei a esta Casa, dei o número dos telefones; comuniquei à Polícia Civil e à Polícia Federal. Estava recebendo ameaça de morte, Deputado Jalser Renier, meu caro Deputado Chagas. Encaminhei ofício ao Superintendente da Polícia Federal datado em 30 de setembro de 2010, o mesmo ofício encaminhei ao Secretário de Segurança Pública do Estado. De lá para cá, a única que de fato é necessária é a vontade de Deus a nos proteger. Não recebi nenhum comunicado da Polícia Civil ou da Polícia Federal do recebimento do meu ofício. Este ano, no dia 13 de outubro, chega ao meu gabinete em ofício nº 509 do Delegado de Polícia perguntando se eu queria ser ouvido com relação às denúncias que eu tinha feito há quase um ano, quando recebia ameaça de morte. Comuniquei o fato à Tribuna desta Casa, fiz por escrito para a Casa, para a Polícia Federal e para Polícia Civil. E, somente, um ano depois, o Delegado me manda um ofício perguntando se eu gostaria de ser ouvido. Recebi esse ofício em outubro, resolvi não mais fazer nenhum tipo de depoimento. Não achei necessário ir à Polícia fazer o depoimento. Mas, infelizmente, Deputado Chagas, Deputado Damosiel, deputado Sampaio, Vossas Excelências que são oriundos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima, ontem fui procurado por uma pessoa que pediu sigilo e só falaria o que tinha para dizer se eu garantisse a ele sigilo eterno. Ocorre, Senhoras e Senhores, e já pedi ao Deputado Chagas que me ajude nisso. Já comuniquei o fato ontem, ao Deputado Chico Guerra e à Deputada Aurilena. Uma pessoa, se percebia aflita, me procurou ontem, não foi por telefonema, dizendo-me que eu estava correndo risco de vida. Não fizeram o serviço ainda por medo ou por falta de oportunidade. E me passou detalhes, que já informei ao Deputado Chagas. E, logo após a Sessão, quero contar a ele, da forma que me contaram, para que ele possa nos ajudar nisso.

Deputado Jalser Renier, estou acostumado com debates de ideias, fui vereador em São João da Baliza por quatro anos, sou Deputado Estadual há dezesseis anos no Estado de Roraima, mas nunca tinha recebido ameaça de morte. Recebi um passado quando declarei oposição ao Governador Anchieta, e estou recebendo este ano porque continuo oposição ao Governador Anchieta. E se ele continuar no Governo continuarei oposição por quatro anos, um homem tem que ter coragem para dizer que é contra o sistema que é corrupto. Eu tenho essa coragem, que não me rendo, tenho coragem para dizer que não aceito, tenho a coragem para dizer que não concordo, não aceito, sou contra um sistema falido que Governa o nosso Estado, mas quer se manter no poder a qualquer custo. Quer se manter no poder saqueando os cofres do Estado, porém não quer que a gente denuncie. Não pode denunciar, Deputado Flamarion. Fizeram um dossiê contra mim para me calar, planejaram a minha prisão e de aliados meus a ser efetivada até dia 20 de dezembro. Ainda não chegou esse dia, mas ele disse que até o dia 20 de dezembro, eu poderia ser preso para tentar me calar. Tentam me tirar da vida pública de qualquer forma, não estão conseguindo por esses meios, agora tentam calar a minha voz de uma forma covarde e brutal por aqueles que vivem no anonimato.

Fiquei sabendo que há poucos dias, durante uma festa de vaquejada em Caracará, na casa de um vereador, onde o Vice-Governador Chico Rodrigues e o Deputado Rodrigo Jucá estiveram teriam dito que qualquer coisa tinha que ser feito, nem que tivesse que prender a minha mulher para me tirar da vida pública. Não sei se é verdade, Deputado Rodrigo, mas posso dizer a Vossa Excelência quem me disse por que essa pessoa não pediu segredo. E, vou dizer depois a Vossa Excelência se quiser. Tenho deixado muito claras, aqui, as minhas ações. Agora acho que é safadeza jogar baixo, pois não estamos num vale-tudo, mas em um debate público onde as pessoas no nosso Estado têm o direito de ter oposição e situação. Nós temos o direito de aprovar aquilo que quisermos aprovar. Ainda, há poucos minutos, conversávamos aqui, com alguns Deputados sobre Projetos, e em relação a uns, votaríamos a favor, e a outros votaríamos contra. Há projetos do Governo que votaremos a favor. Agora, nós podemos ser a favor a todos, inclusive, com os que não concordamos, porque os achamos errados.

Agora, ameaça de morte, partir para esse campo? Algumas pessoas me alertaram: Cuidado, o Governador veio de uma cidade que só tem pistoleiro. Mas, eu vou dizer uma coisa aos senhores e senhoras, estou perplexo, sem saber de fato o que dizer, porque eu esperava

tudo, menos um planejamento covarde para me matar, para tirar a minha vida para me impedir de falar. Se isso acontecer, senhoras e senhores, todos sabem quem são os meus adversários neste Estado. Todos sabem a quem interessa a minha morte. Todos sabem a quem eu incomodo quando falo, quando ando. Todos sabem a quem eu preocupo neste Estado. A mim, Deputado Joaquim Ruiz, eles ameaçam de morte, o medo deles é muito grande. A outros eles tentam corromper na madrugada a qualquer custo, a qualquer hora, a qualquer momento, a qualquer valor, vale tudo isso. É para isso o nosso mandato? Tenho certeza que não, o povo de Roraima não quer isso, o povo quer transparência, trabalho, atenção à saúde. O povo de Roraima quer ser tratado com respeito nos hospitais e postos médicos. E no interior e ter estrada em condições para rodar, o povo de Roraima quer financiamento público do governo para produzir, melhorias na área de educação, com sala de aula digna e salário digno para os professores, a polícia militar quer ser respeitada com salários dignos, a polícia civil também, enfim, Roraima merece respeito. Portanto, não é dessa forma que se pode trabalhar, ou se perpetuar no poder.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Mecias, declaro-me solidário ao seu discurso que Vossa excelência não se intimide, se mantenha esse defensor forte, são os covardes que ameaçam, os homens do bem defendem, defendem suas ideias, defendem o povo pelo qual foram eleitos para serem seus representantes. O governo do Estado com sua estrutura deveria se preocupar com agricultura, os tratores que o finado Brigadeiro distribuiu ao Estado de Roraima estão todos abandonados. É com isso que o governo deveria estar preocupado, não preocupado naquilo que temos obrigação de defendermos, o povo nos elegeu para defender seus interesses e não o nosso interesse. Conte comigo para o que der e vier, vamos ser fortes, sem nos intimidar, a gente vence, essas ameaças são poucas para nós e para o Estado de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua. Obrigado, Deputado Gabriel, pelo seu aparte. Senhor Presidente, está feito o registro nesta Casa, está feito o registro para sociedade de Roraima, mais uma vez, sobre as ameaças que estou sofrendo. Vou procurar o Delegado, e ser ouvido por ele, gostaria que fosse designado um Membro da Mesa Diretora para estar comigo. Digo a Vossas Excelências, mais uma vez, se alguma coisa acontecer comigo ou aos membros da minha família, todos sabem quem tem interesse nisso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado Mecias de Jesus, deixo uma sugestão a Vossa Excelência. Que Vossa Excelência oficialize à Assembleia Legislativa, ao Poder, ao Presidente da Assembleia sobre esse fato. Feito isso, esperamos que o Presidente da Assembleia Legislativa comunique esta questão ao Senhor Secretário de Segurança Pública, que tem o dever, obrigação de se posicionar. Após esse procedimento, cabe ao Senhor Presidente informar o Poder Judiciário e a Polícia Federal. Estou percebendo que Vossa Excelência está preocupado, observei o semblante de Vossa Excelência que expressa, estampa preocupação. E se está transmitindo preocupação, com certeza, há motivos para tal. Aí não dá para esperar acontecer para depois lamentar. É preciso prevenir. Se Vossa Excelência tem informação, tem dados, não deixe de oficializar ao poder que Vossa Excelência pertence. O Presidente está ao meu lado, espero que ele tome as providências cabíveis, após ouvir nossa consultoria jurídica, PROGE para que esse encaminhamento seja feito de forma célere, objetivo e que surta efeito. O Senhor Secretário está lá, ele não é empregado do Senhor Governador, ele é empregado da sociedade, é a sociedade que paga o seu salário. Ele tem que se posicionar, mesmo que não tenha encontrado nada, que não encontrou vestígio, que isso não tem fundamento, mas ele tem que se posicionar. Agora não dá para fazer ouvindo de mercador. Obrigado.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** continua. Obrigado, Deputado Flamarion. Essa é a verdade, tem muita gente que faz ouvindo de mercador, porque ainda não passaram pelo que estamos passando, jamais ocuparia a Tribuna desta Casa para fazer uma acusação como esta se fosse leviana. Estou fazendo porque de fato aconteceu, estou fazendo publicamente, ontem comuniquei à Deputada Aurelina e ao Deputado Chico Guerra. Quando recebi a informação, liguei para ele na hora. Ele disse que estava na Presidência, então vim falar com ele, que estava junto com a Deputada Aurilena. Comuniquei o fato aos dois, já fiz por escrito, estou fazendo publicamente. Vou encaminhar a cópia do meu pronunciamento para polícia civil e polícia federal, mais uma vez pedindo providências. Era o que tinha a dizer, muito obrigado

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor Presidente,

em defesa do cidadão roraimense, também dos que fizeram parte da extinta Guarda Territorial. Muitas famílias pioneiras tiveram pessoas que integraram a Guarda Territorial, levando a segurança à população, até mesmo a manutenção da soberania nos mais longínquos rincões deste Estado.

Mas, na oportunidade, parabênizo a todos os que fazem a Polícia Militar de Roraima, desde o seu Comandante Gleison Vitória da Silva, passando pelo seu Sub Comandante, Coronel Dilson Rogério do Forene Vaz, a todos os Comandantes de altos comandos, de batalhões, delegacias, destacamentos dos mais distantes da capital, até o policial militar mais moderno, até o simples soldado que é efetivamente está nas ruas todos os dias.

Quero também destacar alguns tópicos para reflexão de todos os Senhores Deputados que compõem esta Casa Legislativa, principalmente no momento em que estamos discutindo a lei orçamentária anual e o PPA, para encontrar a forma para investir os recursos que o Estado arrecada todos os anos nas mais diferentes áreas de atuação do Poder Executivo. Senhores Deputados, nós temos a oportunidade, quando discutimos a LOA e o PPA, em dotarmos os órgãos de segurança pública com recursos necessários para garantir uma segurança mais efetiva. Não é de desconhecimento de ninguém nesta Casa que os índices de criminalidade têm aumentado de forma considerável no nosso Estado, como assaltos, furos, invasões até em casa de policiais, veja a audácia dos criminosos. E isso se dá, principalmente, em razão do escasso recurso que os órgãos de segurança do nosso Estado recebem. Cito a título de exemplo, Deputado Rodrigo, em 1990, a Polícia Militar contava com 1364 integrantes, naquela época o Estado tinha pouco mais de 180 mil habitantes, havia apenas 07 Municípios, não tínhamos ainda instalados os poderes Legislativos, Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Conselhos, só havia um presídio. Hoje, o Estado tem 15 Municípios, dezenas de vilarejos, todos os poderes constituídos, cinco presídios, mas dois em fase de conclusão. A população carcerária, com pouco mais de 200 detentos, hoje chega a dois mil, mais de 450 mil habitantes, houve aumento de 150%, de habitantes enquanto a nossa polícia militar já não tem mais nem 1500 policiais, o que tinha até dois anos atrás. Enquanto o efetivo da polícia aumentou cerca de 10%, o nosso Estado aumentou em todos os aspectos mais de 150%, Deputado **Flamarion Portela**. É natural que a polícia não consiga atender a demanda, porque à medida em que vai colocando, através de concurso, 100 policiais naquele mesmo ano até que se faça outro concurso público, saíam 150. Porque boa parte do contingente que era do quadro da União está se aposentando. E todos os meses, Deputado **Célio Wanderley**, de 10 a 20 policiais militares que se aposentam. Digo isso para alertar os Deputados, neste momento, em que vamos discutir a Lei Orçamentária Anual para que se garantam recursos. E, dessa forma os órgãos de segurança pública consigam aumentar seus efetivos, consigam ter mais equipamentos, viaturas, armamentos, material, enfim, tenham avanços tecnológicos. A nossa central de operações precisa ser dotada de equipamentos, disponibilizar de monitoramento por vídeo, como em muitas cidades brasileiras. Ouvimos no início do ano a manifestação do governador, pretendendo realizar concurso público com 600 vagas. O tempo passou, o edital ainda não foi lançado, temos feito cobranças nesta Casa, nos meios de comunicação. E, para nossa surpresa, cerca de 30, 40 dias, Ionilson Sampaio, governo anunciou que o concurso não será mais de 600. 600 já não era suficiente, vai ser agora apenas de 300, não vamos conseguir enxugar o gelo, não vai suprir a necessidade. A Polícia Militar já tem menos de 1.500 integrantes, e é a instituição de ponta de lança dos órgãos de segurança pública. É a primeira que chega na ocorrência, é a que tem que fazer, através do policiamento exclusivo fardado, a ação de presença para inibir a criminalidade. Deveria ter, hoje, Deputado Xingu, mais de 2.500 policiais para atender a demanda por segurança no nosso Estado. Os Deputados Soldado Sampaio e Sargento Damosiel sabem, que precisamos de concurso urgente para, pelo menos 1000, policiais militares, porque daqui que se conclua o concurso, todas as fases, mais a formação de 10 a 12 meses e, nesse interregno, se hoje precisamos de 1000, daqui um ano serão mais de 1200. Nesse período os 200 terão se aposentado, ou pedido desligamento da Polícia Militar.

Então, neste momento, que a gente faz essa homenagem à Polícia Militar pelos 67 anos de serviços prestados, se somados a Guarda Territorial, 31 anos e mais 36 anos de denominação de polícia militar, a gente faz também esse apelo, essa súplica a todos os Deputados desta Casa, para quando formos analisar a LOA, que não se vote, apenas como vem a proposta orçamentária do Executivo, porque nos últimos

cinco anos a previsão orçamentária para os órgãos de segurança pública tem sido praticamente a mesma. E isso não resolve, porque depois o Comandante da PM, o Delegado Geral, o Secretário de segurança, o Comandante do Corpo de bombeiros saem de pires na mão pedindo para que, no excesso de arrecadação registrado, no momento em que o governo baixa o decreto destine recurso, e é difícil.

Aparte concedido ao senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Obrigado, parabéns pelo pronunciamento. Vossa Excelência demonstra preocupação com o segmento que Vossa Excelência representa, através de um discurso sério, responsável. Esta semana, conforme notícia em jornais, um Coronel da Polícia teve a sua casa assaltada por duas vezes. Pois bem, se a casa do Coronel não tem segurança, a marginalidade não respeita, imagine a de um cidadão comum.

Então, a preocupação do Senhor é justa, é válida, serve para nós Deputados analisarmos essa questão da segurança até com lupa mesmo, para, na previsão orçamentária se garanta recurso para dotar o setor de segurança pública do nosso Estado com melhores condições, para que ele, ofereça segurança muito maior à população. Parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. Obrigado, Deputado Ionilson, por vossas palavras, solicito que fique registrado, incluído no nosso pronunciamento. Concedo um aparte ao Deputado Soldado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Parabenizo a Polícia Militar por esta data especial. Reconhecer de público fazendo justiça para os nossos colegas de farda, que vêm, nos últimos anos, de maneira compromissada com a segurança, com a sociedade, carregando, vamos dizer assim, a polícia nas costas, devido à falta de investimento em todos os setores, da valorização do homem, constada pelas condições da estrutura física dos nossos quartéis, das nossas viaturas, equipamentos de trabalho. Vossa Excelência conhece muito bem a realidade, diante da qual temos a responsabilidade, sabemos quanto é difícil a quem está à frente da corporação tentar buscar recursos, montar convênio para estruturar a nossa corporação que realmente merece, também a sociedade. Quero me somar a Vossa Excelência. Temos privilégio de sermos três parlamentares oriundos da caserna, e aí a nossa base eleitoral, portanto com o dever e compromisso para incrementar o orçamento da PM este ano, visando reformar os quartéis, aumentar os serviços voluntários remunerados. Para isso, porém, precisamos resolver algumas questões básicas. Está aí o governo querendo fazer concurso, mas não pode, antes que se aprove o estatuto dos militares. Em todo concurso realizado, as regras exigidas pelo edital contrariaram e deixaram algum espaço aberto que causou demanda na justiça. Há necessidade de fazer concurso para o interior, limitar vagas para polícia feminina e masculina, limitar a idade. Tudo isso passa por questões de lei. A Lei se chama Estatuto dos Policiais dos Servidores Militares do nosso Estado, é uma pelega de Vossa Excelência, é uma luta árdua da nossa entidade. Há mais de dez anos que vimos tentando convencer os governos a encaminhar Projeto para esta Casa. Estamos otimistas para que, ainda este ano, esse projeto seja encaminhado. Enfim, é momento para somar esforços e, assim, possamos avançar Deputado Chaga, peçamos a Deus, que o governo seja sensível, para evitarmos um movimento igual ou semelhante ao que está acontecendo no Maranhão, de onde cheguei hoje, vi Assembleia ocupada, a população está aflita, o exército na rua com armamento pesado, carro blindado, tanque, fuzil, e os arrastões acontecendo. É uma demonstração como está acontecendo a segurança pública em nosso Estado. Aí quero me somar ao Coronel Chagas, nós três Parlamentares, temos o dever de cuidar. No próximo ano, não temos as desculpas por não ter apresentado nada de concreto para Polícia Militar. Parabenizo os colegas militares, bombeiros, pela garra, força e que possamos dar a nossa contribuição para o ano de 2012, apresentando Emendas e remanejamento no orçamento. Parabéns.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. Obrigado, Deputado Sampaio, pelo seu aparte, concedo aparte ao Deputado Joaquim.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Chagas, sou favorável ao concurso público, sou favorável que se equipe melhor toda área da segurança do Estado, a força que faz o primeiro atendimento, força da investigação, quando digo força é o aparato policial que atende o cidadão. Para ilustrar, vou colocar um exemplo: tive oportunidade de ler os últimos dados que estão sendo divulgados pelo IBGE sobre a violência em nosso país. Santarém é uma cidade, cuja população é próxima a nossa, na faixa de 280 mil habitantes, são dados do IBGE, e pelos dados divulgados pelo Ministério da Justiça, isso foi divulgação em nível nacional, que é uma das cidades que tem o menor índice de violência do país, e se Vossa Excelência

pegar o número de policiais, tanto na área da inteligência, quanto da força, da polícia militar que dá a primeira ação em manter paz e segurança do cidadão. Os dados são infinitamente menores do que os dados colocados por Vossa excelência, onde exemplo de violência é muito baixo. Isso despertou minha curiosidade e fui pesquisar o porquê. Primeiro, o alto índice cultural, não estou dizendo que aqui são menos cultos, mas quase 95% da tropa, tanto da área da inteligência, mesmo aqueles que são agentes, e aqui temos muitos, como estamos nos transformando em Estado Universitário, a grande maioria tem o curso superior. Então achei importante colocar esses dados para servir de embasamento e não crítica à tropa, mas em referência à importância da qualificação dos nossos soldados, pessoal da nossa inteligência, para que, a partir daí, também melhora a qualidade do atendimento ao cidadão. Quando estudante, no meu primeiro curso na Universidade tive três colegas soldados da polícia militar. Creio, hoje, sejam sargentos. Através dessa pesquisa, gostaria de saber qual a possibilidade de encaixar a qualificação também na área superior do nosso pessoal da tropa, tanto na área da inteligência da polícia civil, quanto na área da polícia militar. Era esse o enfoque que queria passar, mas destacando a importância do concurso público. Parabenizo Vossa excelência pelo pronunciamento aqui no Plenário.

O Senhor **Coronel Chagas** continua. Agradeço o vosso aparte, Deputado, apresento apenas uma observação quanto ao efetivo existente em Santarém, que é, efetivamente, para cuidar da segurança pública, eles não têm presídio em quantidade, não têm as distâncias que temos aqui, não têm os poderes constituídos instalados, que a polícia, por dever constitucional, tem que fazer segurança, enfim, uma série de fatores que contribuem para que o efetivo da nossa corporação seja desviada, em boa parte, para outras funções não da atividade afim. Com relação à questão da escolaridade, o último concurso da polícia militar acusou mais de 70% dos aprovados com curso superior ou estavam, ainda cursando. Podemos dizer hoje que mais de 80% do efetivo da polícia militar, corpo de bombeiros e polícia civil, além do curso de formação dentro da carreira, pelo menos, têm um curso de especialização, quer seja, nos direitos humanos, gerenciamento de crise, polícia comunitária, enfim, nesse aspecto, nossos profissionais estão altamente especializados. É um programa em parceria do Governo do Estado através da academia e polícia integrada com a SENASP. Nesse ponto estamos avançados, e o que segura ainda a segurança no Estado é a especialização e a capacitação desses poucos policiais que temos.

Quero reforçar a nossa solicitação a todos os Deputados desta Casa, no sentido de garantirmos recursos necessários para os órgãos de segurança nos seguintes aspectos: Primeiro, recursos para fazer concurso público da polícia militar para, pelo menos, 1000 policiais. Caso não possa incluir todos no mesmo ano, que faça em dois, três, anos, sob pena de não recuperar o Estado daqui a três, quatro anos. Segundo ponto, Deputado Jean Frank, Vossa excelência que é Presidente da Comissão Segurança Pública, recursos necessários para avanços tecnológicos, não entendo por que ainda não colocamos o monitoramento por câmeras na nossa cidade? É uma cidade pequena, e se colocarmos fiscalização eletrônica para regular a velocidade de veículos em nosso Estado. Não entendo por que ainda não fizemos isso? Tenho absoluta convicção de que nós vamos reduzir de forma considerável os índices de criminalidade no nosso Estado. Para instalar, Deputado Marcelo Natanael, 100 câmeras de TV de monitoramento nas ruas de nossa cidade, nós não vamos gastar cinco milhões de reais e isso não é nada ao orçamento acima de dois bilhões de reais. Então, são equipamentos de pequeno valor, para aquisição dos quais solicito de todos o empenho no sentido de buscarmos esses recursos dentro da proposta orçamentária do Estado. Deputado Xingú, vice-líder do Governo nesta Casa, com seu empenho para que se contemple a segurança pública disso, recurso para mais policiais militares, civis, bombeiros militares e, também, recursos para questão tecnológica para fiscalização eletrônica nas nossas avenidas, sobre a velocidade, para diminuir os acidentes de trânsito, como também, recursos para monitoramento por câmeras. Seguramente, com esses recursos, daremos um avanço vertiginoso na questão de segurança que é obrigação do Estado prestar à sociedade roraimense, através dos órgãos de segurança pública. Mais uma vez parabéns a todos os policiais militares pelos 36 anos de excelentes serviços prestados à sociedade roraimense. Bom-dia a todos.

O Senhor Deputado **Rodrigo Jucá** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, caros roraimenses, colegas que a nos assistem aqui no Plenário da Assembleia Legislativa do nosso Estado. Cumprimento a imprensa, todos os amigos aqui. Senhor Presidente,

Serei breve na minha exposição, até porque vejo ter assuntos mais importantes para serem tratados. Mas não posso permanecer calado após o pronunciamento do Deputado Mecias de Jesus. Na verdade, é a terceira vez consecutiva que o Deputado Mecias de Jesus sobe à Tribuna desta Casa referindo-se ao meu nome para, de alguma maneira, dizer que estou ligado ou relacionado a denúncias ou a questões que surjam contra ele. Então, ele vem tentando, de maneira insistente, me arrastar para uma briga para a qual eu não vou entrar. Uma briga suja, baixa, desqualificada, que é o seu nível de comportamento, é como está acostumado a se comportar. Não vou entrar nessa briga, conforme falei isso aqui anteriormente. Tá certo! Mas, algumas providências precisam ser tomadas. Então, conversei com o Corregedor desta Casa, Deputado Erci de Moraes, e já encaminhei ofício solicitando a presença da pessoa que passou informações, Deputado Mecias, de que eu estava na vaquejada de Caracará, disse que estávamos planejando prender sua esposa. Nessa mesma data, eu estava em Brasília tratando de assuntos da Assembleia, visitando o Ministério das Comunicações e o Senado Federal, por determinação do Presidente Chico Guerra, para tratar de assuntos da TV Assembleia. Quero saber quem foi a pessoa que teve essa visão, isto é, me viu em Caracará, enquanto, na verdade, eu estava em Brasília. Na oportunidade, Deputado Mecias, proponho a Vossa Excelência uma parceria mais ampla, um acordo mais amplo, porque, pelo que eu vejo, eu tenho sido o culpado de todos os problemas que Vossa Excelência tem. Também, coloco-me à disposição, para me solidarizar com Vossa Excelência para nós tratarmos juntos esses problemas. Quero dispor, aqui, um psicólogo para pagar Vossa Excelência para tratar dos seus problemas, pagar, também, até os nossos advogados. Eu me disponho, faço aí com Vossa Excelência um acordo para pagar seus advogados para ajudar a responder na justiça as 10 ações que Vossa Excelência responde na Justiça Federal, assim como os demais problemas que Vossa Excelência possa vir a ter. Então, Senhor Presidente, quero dizer ao Deputado Erci, que é o Corregedor desta Casa, que eu encaminharei o mais breve possível o ofício a Vossa Excelência. Espero ser possível a presença da referida pessoa, aqui, em breve, Senhor Presidente, para confirmar, na frente de todos os Deputados, na frente da plateia, que eu estive em Caracará, tramando a prisão de familiares do Deputado Mecias de Jesus. Doutor Erci, peço maior celeridade possível que Vossa Excelência possa dar a este caso para que não haja suspeitas infundadas, circulando por aí. Cada um é responsável pelo o que faz, cada um tem que ser responsável pelos seus atos, não podemos lançar cortinas de fumaça, não podemos atuar com desfaçatez, se ocorre alguma coisa com cada um de nós, isso é consequência de nossos atos. Isso eu já falei aqui antes, e eu repito: cada um responde por aquilo que faz e não pode imputar culpa em cima dos outros. Então, obrigado pelo tempo concedido.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus pede uma Questão de Ordem – Eu só quero dizer ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá que eu sei que ele tem muito dinheiro, mas não precisa oferecer dinheiro para pagar os meus advogados. Ele tem que guardar o dinheiro dele para pagar os advogados do pai dele e os dele, pois eles têm muitos processos também. Seria até justo que ele pagasse os que eu tenho, pois a maioria dos que tenho, foi movida pelo pai dele e por ele, por calúnia e difamação contra mim. Ele deveria pagar mesmo, mas eu não quero não, pode pagar os seus. Quanto ao psicólogo, Deputado, é aconselhável que Vossa Excelência de fato frequentasse um. Sabe por quê? Para descobrir por que Vossa Excelência é tão sonso e tão santo? É que por trás Vossa Excelência faz asneiras, mas na frente quer ser santinho assim.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente nem Ordem do Dia para esta Sessão, passo para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, na semana passada, eu coloquei, aqui, na Casa, sobre o problema do pessoal da assessoria jurídica, do pessoal que dá suporte técnico para os Deputados, onde vem ocorrendo, sistematicamente, pedido de arquivamento dos projetos dos parlamentares, dizendo que são matérias inconstitucionais. Faço um apelo a Vossa Excelência para que haja entrosamento entre quem nos ajude na área técnica a elaborar os projetos e na área jurídica, que dá os pareceres. Porque, desde o início até o final, o projeto passa por uma equipe de técnicos da Casa e, sistematicamente... Agora mesmo, um projeto foi retirado de pauta porque a área jurídica da Casa alegou haver ilegalidade. Esse projeto não é diferente do Projeto que existe no Rio de Janeiro, no Estado de São Paulo, Santa Catarina, Estados que enfrentam problemas com seca e enchentes a longo prazo. É o que ocorre no nosso Estado quando há secas com queimadas em um período longo em nosso Estado,

também, as fortes chuvas do nosso inverno, semelhante as que ocorrem neste Estado. Então, enquanto em um estado não é inconstitucional, no nosso é. Então, deixo esse apelo sem fazer nenhuma crítica, mas que haja um entrosamento na área técnica, pois é a segunda vez que peço isso aqui em Plenário. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, houve um acerto de que seria ser suspensa a Ordem do Dia para que pudéssemos reunir as Comissões. Havia diversos projetos, entre os quais um, trata da reposição anual dos servidores do Tribunal de Contas do Estado. São os únicos servidores do Estado que não tiveram a reposição anual. Sei que houve um consenso entre a base, quanto à oposição e o G5, no sentido de que alguns projetos tinham que ser analisados hoje, principalmente, os que tratam da reposição anual, que é de 5%, proposto no Projeto de Lei aos servidores do Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Houve um entendimento para votar, hoje, cinco dos seis projetos. Mas, como não há entendimento, foi retirado de pauta. Amanhã, com certeza, o Tribunal de Contas vai ser o primeiro da pauta.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, faço um apelo para que na próxima Sessão seja votado o Projeto do Tribunal de Contas. Como Vossa Excelência já afirmou que será colocado na pauta da Ordem do Dia de amanhã, fico satisfeito.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Tratei, também, sobre o mesmo tema. Ao chegar, peguei a Ordem do Dia, conversamos com vários Deputados, e ficou definido que votaríamos três projetos, que seriam prioridade: Projetos do Tribunal de Contas; da Segurança Alimentar, se não for votado, não teremos direito a participar do Programa Federal Fome Zero; e o Projeto de Lei da Saúde. Hoje nós temos dificuldades em manter a saúde no interior do Estado, já que o Secretário Solicitou o retorno das pessoas que tinham feito o concurso para auxiliar de enfermagem para os Municípios. Aí se retira da pauta sem ao menos nos comunicar.

Eu gostaria de pedir que, daqui para frente, quando fosse suspender a Ordem do Dia, que ao menos nos comuniquem.

O Senhor Deputado **Romero Jucá** – A minha colocação é no mesmo sentido. Os servidores do Tribunal de Contas vieram aqui, pleitearam a aprovação do seu Projeto, que por diversas vezes entrou e saiu desta Casa e teve votação adiada. Então, se não for possível ocorrer a votação no dia de hoje, que abra uma extraordinária para votar esse Projeto.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Vossa Excelência é conhecedor do Regimento Interno e sabe que não é possível.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, uma sugestão: encerrada a Sessão, reúnam-se as Comissões Conjuntas e amanhã vai para plenário.

O Senhor Deputado **Romero Jucá** – convoco todos Deputados para que possamos ter quorum na Comissão em conjunto para votarmos o Projeto dos servidores do Estado.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, convoco os Senhores Deputados: Gabriel Picanço, Jean Frank, Soldado Sampaio, Ângela Portela, Flamarion Portela, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael e Naldo da Loteria, para reunião desta Comissão no dia trinta de novembro, às quinze horas no Plenário Valério Magalhães, para apreciação e deliberação das seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar número 025/11, e Projeto de Lei 078/11, ambos de autoria do Poder executivo.

Quero acrescentar que, talvez por uma situação involuntária, ter concorrido para a suspensão da pauta de hoje. Esta Comissão Especial, constituída por nove membros, está rigorosamente dentro do prazo. Então, não poderia vir para pauta no dia de hoje, esse assunto que já se repetiu por várias vezes. Eu acho que não tem sentido criar uma Comissão Especial com mais de um terço da Assembleia, para, depois, não se dá o direito ideal para trabalhar no prazo regimental. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Deputado Erci de Moraes, não tem como reunir essa Comissão hoje à tarde?

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Há quanto tempo o Projeto do Tribunal de Contas encontra-se aqui? Tem que chamar as Comissões! Tem gente que quer fazer gracinha quando vê gente aqui.

Os servidores do Tribunal de Contas, assim como a população do Estado de Roraima não pode ficar à mercê disso. Tem matérias para ser votada nas Comissões. O problema é que preciso ficar suspendendo a Sessão para a Comissão se reunir! A Comissão tem que se reunir fora do plenário. Alguns Presidentes de Comissões ficam viajando, e depois acontece o que está acontecendo aqui. Temos que

ter a responsabilidade de analisar os Projetos da Comissão. A matéria tem que ir para o Plenário pronta para ser votada. Se a Comissão tivesse feito o seu papel, não precisava suspender os trabalhos. O Projeto poderia ser votado agora.

Com relação ao processo do Tribunal de Contas havia um acordo de todos nós para votar, seriam tirados da pauta só os que não tinham acordo. O Projeto do Tribunal de Contas e dos servidores da Saúde tinham acordo.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Eu acho que o acordo que Vossas Excelências fizeram não foi o mesmo que fizeram com a Mesa.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – superada discussão do Projeto do Tribunal de Contas, da reposição salarial, eu acho que é possível, Deputado Romero Jucá, nos reunirmos e colocarmos na pauta da Ordem do Dia.

Comprometo-me com o Presidente da Comissão Geral, Deputado Erci de Moraes, que estou, como Relator de um dos Projetos, e com o meu parecer pronto. Há, ainda, umas emendas que eu vou analisá-la hoje à tarde, mas amanhã estará apto a ser apreciado.

Quero registrar a minha visita ao Estado do Maranhão, a viagem foi por minha conta, fui como Diretor da Associação Nacional dos Praças. E em nenhum momento me pronunciei como Deputado, mas com Diretor Regional da ANASPA, Associação Nacional dos Praças, no qual fui reeleito até 2014 desta importante entidade dos policiais e bombeiros. Antecipadamente, informo que deverá chegar a esta Casa, algum documento da Governadora Roseana Sarney para os Deputados ligados à Base Governista, ela está humilhando os policiais e bombeiros. Infelizmente, aquele Governo, assim como este, não consegue separar o legislativo do executivo.

Tenho recebido algumas ligações, até de Senadores de outros Estados, tentando me convencer a recuar com relação ao Governador José de Anchieta. Eu tenho votado com o Governo naquilo que eu entendo ser de suma importância, que seja para o bem da sociedade. Agora, quando entendo que não seja bom para a sociedade, eu me posiciono de maneira clara. Da mesma forma, eu não vou me intimidar com as nossas lutas nacionais e estaduais em defesa dos praças.

A Senhor Deputado **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, informo ao Deputado Mecias que o Projeto do Tribunal de Contas foi lido no dia 27/09/2011. Também o Projeto que aprova o Plano de Carreira, para realizar concurso público no dia quatro de novembro de dois mil e onze, foi lido nesta Casa.

Hoje nós tínhamos seis Projetos para a pauta da Ordem do Dia de hoje, tínhamos seis Projetos. Eu tenho um Projeto de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Coronel Chagas, que já está há mais de 90 dias comigo para ser votado em Comissão Especial, PEC, dois Projetos do IPER, também, é comissão Especial. E um deles, o do IPER está sendo executado, tem uma dívida no Tribunal da Justiça no valor de sete milhões por desobediência do PAC. Houve um ajuste com o Ministério Público para que se aprovasse o plano de carreira; tem o Plano de Segurança alimentar, segundo se o Estado não aprovar fica fora do programa nacional. Este foi lido no dia 01.11. Temos o da saúde que precisa fazer processo seletivo pra profissionais do interior. Então, queremos pedir realmente o empenho das nossas Comissões, e talvez o expediente usado por nós, membros da Mesa Diretora, para agilizar o processo criando as Comissões Especiais, e que, devido,

regimentalmente, nos casos de PEC, talvez esteja retardando isso. Eu também estou me penitenciando, tenho um em atraso, com relação ao PROCON. Peço empenho das Comissões, que se reúnam, a gente fez várias tentativas. A competência da Assembleia não é só discussão, como a gente tem observado todos os dias. É preciso reunir tanto as Comissões Especiais como Permanentes desta Casa, para deliberar projetos importantes para o Estado, que é nossa função. Hoje, pela manhã estava lendo a Folha de Boa Vista, o assunto me preocupou, comecei a comparar com as discussões da Assembleia Legislativa, alguém dizendo, que desembargadores de Brasília estão sendo aliciados para votar, porque alguém está encomendando paçoca para levar para as esposas dos desembargadores. Quero me solidarizar com o judiciário do meu Estado e do meu país, eles não merecem isso. Trata-se de discussões pequenas mas tem dado importância neste Estado nos últimos dias. Acho que a nossa responsabilidade vai além do que tenho lido a respeito das insinuações com relação ao judiciário, está chegando pior do que as insinuações que fazem a respeito do legislativo. Minha solidariedade ao judiciário, em relação ao qual não é esse o pensamento desta Casa e meu, especialmente. Obrigado.

O Senhor Deputado **Remídio Monai** – Senhor Presidente, quero pedir permissão ao meu líder Deputado Chagas para falar do nosso G5. Nós nos propusemos votar hoje os cinco projetos, incluindo o do Tribunal de Contas, só que houve uma insistência para colocar do IPER, veja bem, o IPER fez um acordo em abril de 2009, passou-se um ano, não cumpriu, passou mais um ano, o IPER não cumpriu o acordo. Af de repente, entra no dia 04.11, e quer que, com menos de 20 dias, a Assembleia Legislativa vote o projeto. Então, quero dizer, que nós do G5 estamos à disposição pra votar os 5 projetos, inclusive, o do Tribunal de Contas. Agora, quanto ao do IPER, entendemos que não é assim, até porque foi criado uma Comissão Especial, a vigência desta Comissão está dentro do prazo. Deputado Erci é o Presidente, está marcado para amanhã às 15h, a Comissão está dentro do prazo.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, a Deputada colocou, neste momento, sobre projetos que estão em pauta para serem votados. Mas o que me estranha nessa história, é que tinha projetos de consenso, ora, se ela alega que tinha seis projetos na pauta, porque não se vota, neste momento, os projetos já em consenso e acordado entre a liderança do governo, liderança da oposição e o G5. Os dois projetos com problema são do IPER. Agora, a Deputada chega e diz que não vota nem o Projeto do IPER e em nenhum mais. Ficam para amanhã.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Primeiro a Deputada Aurelina não falou isso, depois fizemos um acordo que estava sendo descumprindo.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 30 à hora regimental.

Estiveram presente na Sessão os seguintes Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 30/11/2011

